

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG.**

**Pouso Alegre, 30 de novembro de 2020.**

## **PARECER JURÍDICO**

**Autoria – Mesa Diretora**

Nos termos do artigo 79 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis, passamos a analisar os aspectos legais do **Projeto de Resolução nº 1.338/2020**, de autoria da Mesa Diretora, que “**ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 1.269, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE REGULA O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE.**”

O Projeto de Resolução em análise, em seu *artigo primeiro* (1º) determina que o parágrafo segundo do artigo 10 da Resolução nº 1.269, de 3 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 [...]

§2º As competências descritas no caput deste artigo terão o seguinte peso no cômputo da nota: [...]

O *artigo segundo* (2º) aduz que fica acrescentado o inciso VI ao parágrafo segundo do artigo 10 da Resolução nº 1.269, de 3 de dezembro de 2019, com a seguinte redação:

“Art. 10. [...]

§2º [...]

VI - gerência participativa: peso 16”;

O *artigo terceiro* (3º) que fica acrescentado o §2º-A ao artigo 10 da Resolução nº 1.269, de 3 de dezembro de 2019, com a seguinte redação:

“Art. 10 [...]

§2º-A - As competências descritas no § 1º deste artigo terão o seguinte peso no cômputo da nota:

- I - monitoramento: peso 20;
- II - solução de problemas: peso 20;
- III - planejamento: peso 20;
- IV - flexibilidade: peso 20;
- V - liderança: peso 20”.

O **artigo quarto** (4º) que revogam-se as disposições contrárias. O **artigo quinto** (5º) que esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## **FORMA**

Conforme art. 39, II, da Lei Orgânica Municipal e art. 256, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, matérias de competência privativa da Câmara Municipal devem ser propostas mediante Projeto de Resolução. A forma de propositura em análise está adequada, portanto.

*Art. 39. Compete à Câmara, fundamentalmente*

*II - dispor, em resolução ou em decreto legislativo, sobre os assuntos de sua competência privativa.*

*Art. 256. Projeto de resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara, destinando-se a disciplinar os seguintes casos:*

*III – todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, além dos demais assuntos internos;*

O artigo 37, *caput*, da Constituição Federal frisa que a Administração Pública, seja ela direta ou indireta, de quaisquer Poderes, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, deve observar os princípios norteadores de sua atuação, a saber: legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

## **INICIATIVA**

A iniciativa da proposta por parte da Mesa Diretora encontra-se conforme o art. 43, *caput*, c/c art. 44, VIII e XI, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

*Art. 43. A Mesa é o órgão colegiado responsável pela direção de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal.*

*Art. 44. Compete à Mesa da Câmara, dentre outras atribuições, especialmente as previstas na Lei Orgânica Municipal, e as seguintes:*

VIII – adotar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos, bem como dirigir os serviços da Câmara durante as sessões legislativas;

XI – adotar medidas adequadas para promover e valorizar o Poder Legislativo e resguardar o seu conceito;

Corroborando acerca da competência privativa da Câmara Municipal, especificamente da Mesa Diretora, os ensinamentos do mestre **José Nilo de Castro**:

*Cabe à Mesa da Câmara Municipal, dentre outras atribuições fixadas no Regimento Interno: I – propor os projetos de Resolução que criam, modificam ou extinguem cargos ou funções da Secretaria da Câmara, e os projetos de Lei quanto à correspondente remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei de Responsabilidade fiscal (LRF); **II – tomar as medidas e providências necessárias à regularidade dos serviços internos da Câmara;** (...)” (grifo nosso) (CASTRO, José Nilo de in Direito Municipal Positivo, 7ª ed., Del Rey Editora, p. 126)*

Isto posto, S.M.J., não se vislumbra obstáculo legal à regular tramitação do Projeto de Lei. Insta registrar que este parecer refere-se exclusivamente aos aspectos legais de tramitação, sendo que a questão de mérito cabe única e exclusivamente ao Douto Plenário desta Casa de Leis.

## QUORUM

Oportuno esclarecer que para sua aprovação é exigido quorum de **maioria simples**, nos termos do artigo 53, *caput*, da Lei Orgânica Municipal e artigo 56, inciso I do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre.

*Art. 53. As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, desde que presentes mais da metade de seus membros.*

*Art. 56. O Plenário deliberará: III – por maioria simples, sobre todas as demais para os quais não se exija um dos “quoruns” acima.*

## CONCLUSÃO

Por tais razões, exara-se **parecer favorável** ao regular processo de tramitação do **Projeto de Resolução nº 1.338/2020**, para ser submetido à análise das ‘Comissões Temáticas’ da Casa e, posteriormente, à deliberação Plenária, salientando-se que, o

parecer jurídico exarado é de caráter meramente opinativo, sendo que a decisão final a respeito, compete exclusivamente aos ilustres membros desta Casa de Leis.

É o modesto entendimento e parecer, S.M.J..

***Geraldo Cunha Neto***  
***OAB/MG nº 102.023***

***Ana Clara de Andrade Ferreira***  
***Estagiária da Assessoria Jurídica***